

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Projetos Sociais: Formulação e  
Monitoramento

Daniela Oliveira Rocha

**EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA ESTADUAL  
IMPLEMENTADA EM ESCOLAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Belo Horizonte  
2020

Daniela Oliveira Rocha

**EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA ESTADUAL  
IMPLEMENTADA EM ESCOLAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Monografia de especialização apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Projetos Sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Patrícia Nascimento Silva

Belo Horizonte

2020

301 Rocha, Daniela Oliveira.  
R672e Educação Integral [recurso eletrônico] : uma análise da  
2020 política estadual implementada em escolas do Estado de  
Minas Gerais / Daniela Oliveira Rocha. - 2020.  
1 recurso online (30 f.) : pdf  
Orientadora: Patrícia Nascimento Silva.

Monografia apresentada ao curso de Especialização em  
Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento -  
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia.

1. Educação integral. 2. Políticas públicas. 3. Avaliação.  
I. Silva, Patrícia Nascimento . II. Universidade Federal de  
Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
III. Título.



Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
**Departamento de Sociologia**  
Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha  
31.270-901 - Belo Horizonte - MG

## **ESPECIALIZAÇÃO EM PROJETOS SOCIAIS: FORMULAÇÃO E MONITORAMENTO**

### **ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA DE 2017771133 - DANIELA OLIVEIRA ROCHA**

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, reuniu-se a banca examinadora de defesa de monografia do Curso de Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento, composta por Orientador: Patricia Nascimento Silva e Luciana Nogueira Honório Rodrigues para examinar a monografia intitulada "*Educação Integral: uma Análise da Política Estadual Implementada em Escolas do Estado de Minas Gerais*" de 2017771133 - DANIELA OLIVEIRA ROCHA. Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da banca examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela aprovação da monografia. Para constar, foi lavrada a presente ata que vai datada e assinada pela Coordenadora.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2020

Profa. Danielle Cireno Fernandes  
Coordenadora do Curso de Especialização em  
Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento

## **Agradecimentos**

A todo corpo docente e coordenação do curso pelos conhecimentos e suportes transmitidos que contribuíram para que essa caminhada fosse coroada com este trabalho.

Aos meus colegas de trabalho que, através do diálogo e da reflexão, me impulsionaram ainda mais a pesquisar sobre essa temática.

À professora Patrícia, pela orientação cuidadosa e prestativa.

A minha querida companheira Bruna, pelo apoio e acolhimento de sempre.

## Resumo

Este trabalho teve como objetivo construir hipóteses acerca da política de educação integral implementada pelo estado de Minas Gerais no 2º semestre de 2019, com vistas à inferência de aspectos de possível avanço ou retrocesso. Enquanto objetivos específicos buscou-se: (1) caracterizar a política de educação integral; (2) identificar os pontos passíveis de melhoria; e, (3) identificar os pontos de avanço. Esta pesquisa se caracteriza como exploratória e tem uma abordagem qualitativa. Os dados foram coletados em um relatório da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais elaborado em novembro de 2019, que analisou 5 escolas situadas em Belo Horizonte, Divinópolis, Ribeirão das Neves e Sete Lagoas. A principal característica dessa política é a construção de uma matriz curricular integrada que busca associar a formação básica a outros conteúdos e experiências, principalmente para melhoria das habilidades de Língua Portuguesa e Matemática. Como pontos passíveis de melhoria, pode-se citar: a integração do corpo docente, a inclusão de atividades/aulas práticas, a realização de cursos de formação específicos para os professores, a superação dos estigmas dos estudantes e o aproveitamento dos espaços da escola. Por outro lado, verificou-se que há a tentativa de implantação de um currículo integrado, sobretudo, através da prática pedagógica de projetos interdisciplinares, o que pode ser considerado um ponto de avanço. Além disso, o foco da proposta pedagógica em Língua Portuguesa e Matemática condiz com a realidade relatada de estudantes não alfabetizados, contribuindo para a eficácia da política.

Palavras-chave: Educação integral. Política Pública. Avaliação.

## **Abstract**

This research aimed to build hypotheses about the integral education policy implemented by the state of Minas Gerais in the 2nd semester of 2019, with a view to inferring aspects of possible progress or regression. As specific objectives, we sought to: (1) characterize the integral education policy; (2) identify points for improvement; and (3) identify the advance points. This research is exploratory and has a qualitative approach. The data were collected in a report by the Minas Gerais State Department of Education, which was prepared in November 2019, and analyzed five schools located in these cities: Belo Horizonte, Divinópolis, Ribeirão das Neves and Sete Lagoas. The main feature of this policy is the construction of an integrated curriculum, which seeks to associate basic education with other content and experiences, mainly to improve the skills of Portuguese and Mathematics. As points that can be improved, we can mention the integration between teachers, the inclusion of practical activities/classes, the specific education courses for teachers, the overcoming of students' stigmas and the use of school spaces. On the other hand, there is an attempt to implement an integrated curriculum, mainly through the pedagogical practice of interdisciplinary projects, which is a point of progress. In addition, the focus of the pedagogical proposal in Portuguese and Mathematics is consistent with the reported reality of illiterate students, contributing to the effectiveness of the policy.

**Keywords:** Comprehensive education. Public policy. Evaluation.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular  
CIEPs - Centros Integrados de Educação Pública  
CRMG - Currículo Referência de Minas Gerais  
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente  
EMI - Ensino Médio Inovador  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEC - Ministério da Educação  
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola  
PEE - Plano Estadual de Educação  
PME - Programa Mais Educação  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PNME - Programa Novo Mais Educação  
PROETI – Projeto Escola de Tempo Integral  
SEE/MG - Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL .....</b>	<b>10</b>
<b>3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL E EM MINAS GERAIS .....</b>	<b>12</b>
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
<b>5. RESULTADOS .....</b>	<b>18</b>
5.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	24
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As políticas de educação integral, em seus diversos formatos, estão consolidadas enquanto demanda da comunidade escolar, seja por motivos educacionais, em função da melhoria da aprendizagem, ou sociais, a partir do paradigma da proteção integral - previsto na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996).

Dessa forma, também o Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2001) e o Plano Estadual de Educação - PEE de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2018a) têm como uma de suas metas oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.

Conforme Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007 (art. 4º), a educação em tempo integral tem sido utilizada para designar a jornada escolar igual ou superior a sete horas diárias (BRASIL, 2007). Entretanto, para além da perspectiva do tempo, o termo “integral” pode assumir diferentes significados a partir de concepções educacionais, políticas, sociais ou culturais.

Considerando que a escolarização é um dos veículos para a inclusão social, seria esperável que as atividades desenvolvidas no contraturno oferecessem novas oportunidades de melhoria da aprendizagem. Atualmente, ainda são raros os estudos que avaliam as políticas e ações de ampliação da jornada escolar nas escolas públicas. Este acompanhamento é fundamental para a identificação das suas fragilidades e potencialidades.

Desde 2005 a política de educação integral do estado de Minas Gerais passou por diversas transformações até se chegar ao modelo implementado em 2019. Neste formato, busca-se uma maior integração das atividades propostas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG).

Esta pesquisa tem o objetivo de identificar o contexto da execução da política de educação integral no ano de 2019 em algumas escolas estaduais, com vistas à inferência de possíveis pontos de melhoria e dos avanços obtidos. Enquanto objetivos específicos buscou-se: (1) caracterizar a política de educação integral

implementada no ano de 2019; (2) identificar os pontos passíveis de melhoria; e (3) identificar os pontos de avanço.

O texto está estruturado em seis capítulos, a saber: Introdução, Concepções de educação integral, As políticas públicas de educação integral no Brasil e em Minas Gerais, Metodologia, Resultados e Considerações Finais.

## **2. CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL**

A definição do termo *educação integral* é ampla e perpassa por diferentes correntes filosóficas e pedagógicas. De acordo com Gadotti (2009), desde a Antiguidade já se falava em educação integral, a qual, para Aristóteles, desabrochava todas as potencialidades do indivíduo. Nesse sentido, entendia-se que o ser deveria ser desenvolvido em todas as dimensões no processo educativo, ou seja, cognitiva, física e socialmente.

No início do século XX, em meio a um movimento conhecido por Escola Nova, algumas questões ganharam a centralidade a partir da busca pela reforma da escola, como a inclusão de atividades que estimulassem a criatividade, a sociabilidade e a autonomia dos alunos e professores. Além da formação global, apontada por Aristóteles, a Escola Nova acrescia que a educação deveria “assumir-se como fator constituinte de um mundo moderno e democrático, em torno do progresso, da liberdade, da iniciativa, da autodisciplina, do interesse e da cooperação” (CAVALIERE, 2002, p.252).

Dessa forma, a educação integral era considerada um direito de todos e dever do Estado, pois “assentado o princípio do direito biológico de cada indivíduo à sua educação integral, cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo” (AZEVEDO *apud* GADOTTI, 2009). Entretanto, essa garantia ocorreu somente em 1996 com a Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 34, que prevê o “aumento progressivo da jornada escolar para o regime de tempo integral” (BRASIL, 1996).

Nota-se que a LDB menciona apenas a integralidade do tempo e não do método de ensino-aprendizagem. A educação integral enquanto processo foi incorporada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como um de seus fundamentos pedagógicos e que implica na:

“(...) superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida” (BRASIL, 2017, p.15).

Essa visão, por sua vez, está desvinculada da ampliação da jornada escolar, segundo afirma a própria BNCC (BRASIL, 2017). O processo de formação e desenvolvimento global humano é compreendido na BNCC como a construção de metodologias que articulem as aprendizagens com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, além dos desafios da sociedade contemporânea.

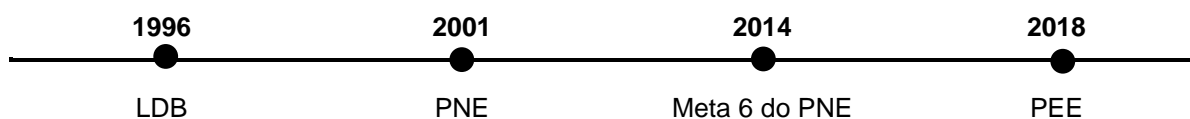
Sobre a perspectiva da integralidade do processo de ensino-aprendizagem, existe ainda o entendimento quanto às abordagens interdisciplinares e transdisciplinares, especialmente do currículo. Segundo Guará (2009), esse currículo integral rompe com a estrutura tradicionalmente fragmentada em áreas de conhecimento, cujos compartimentos impedem a visão da totalidade que rege o modelo de desenvolvimento da ciência moderna.

Além da LDB, a defesa pela jornada integral nas escolas foi realizada no Plano Nacional de Educação (PNE). Por meio da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001), foi aprovado o PNE 2001-2010, o qual previa a necessidade do atendimento em tempo integral para as crianças e adolescentes do ensino infantil e fundamental, a fim de reduzir as desigualdades sociais e ampliar as oportunidades de aprendizagem.

Essa previsão foi quantificada no PNE em 2014 na meta 6 que determina a oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica (BRASIL, 2014). Ressalta-se que a meta foi ratificada no PEE do estado de Minas Gerais, instituído pela Lei nº 23.197, de 26 de dezembro de 2018 (MINAS GERAIS, 2018a).

Na linha do tempo (Figura 1) é possível observar essa e as demais legislações:

**Figura 1 – Linha do tempo dos principais marcos legais da educação integral**



Fonte: Elaborado pela autora.

### **3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL E EM MINAS GERAIS**

Antes mesmo da promulgação da LDB e do estabelecimento do PNE, houve diversos projetos e programas promovidos pelo Estado em nível federal e estadual com vistas ao estabelecimento do tempo integral na escola. Dentre eles, destaca-se a “Escola Parque”, elaborado por Anísio Teixeira<sup>1</sup> na década de 1950 e iniciado com Centro Educacional Carneiro Ribeiro no município de Salvador (GADOTTI, 2009).

Ainda de acordo com Gadotti (2009), a primeira Escola Parque de Brasília foi implantada no ano de 1960 no mesmo dia da inauguração da capital. Outro projeto pioneiro foram os Centros Integrados de Educação Pública, os CIEPs, idealizados por Darcy Ribeiro<sup>2</sup> já na década de 80 no estado do Rio de Janeiro.

Ambos projetos foram idealizados para o atendimento de crianças e adolescentes inseridos em situações de vulnerabilidade social e até mesmo abandono. Nas palavras de Gadotti (2009), os espaços foram pensados como “centros de atenção integral à criança”, com o objetivo de promover a educação

---

<sup>1</sup> Anísio Espínola Teixeira nasceu em Caetité (BA) em 1900. Formou-se em ciências jurídicas e sociais no Rio de Janeiro em 1922. Foi um dos mais destacados signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Foi diretor-geral de instrução do governo da Bahia, secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, Secretário de Educação da Bahia, secretário-geral da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), reitor da Universidade de Brasília (UnB) e lecionou em universidades norte-americanas. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2001).

<sup>2</sup> Darci Ribeiro nasceu em Montes Claros (MG) em 1922. Graduiu-se na Escola de Sociologia e Política (SP em 1946. Foi integrante do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), colaborador na elaboração das diretrizes para o setor educacional junto com Anísio Teixeira, diretor da divisão de estudos sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), encarregado de planejar a montagem da Universidade de Brasília (UnB), o primeiro reitor da UnB, ministro da Educação e Cultura e chefe do Gabinete Civil da Presidência da República (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2001).

escolar, a saúde, a cultura, o esporte, a educação para o trabalho, a proteção especial à criança e o desenvolvimento comunitário.

Ao longo dos anos e dos mandatos, outros projetos e programas surgiram, ganhando diferentes nomenclaturas e abordagens - ora com um caráter assistencial, ora pedagógico – até que em 2008, o Ministério da Educação (MEC) implantou o Programa Mais Educação (PME). De acordo com Moll *et al.* (2012), o programa teve como referência as Escolas-Parques, de Anísio e os Centro Integrados de Educação Pública, de Darcy.

Conforme apresentado no portal do MEC, o PME foi criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/2010 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019a). O intuito foi de induzir a construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino através da ampliação da jornada escolar nas escolas públicas para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas tais como acompanhamento pedagógico, educação ambiental e esporte e lazer.

Quanto à sua operacionalização, diz-se no mesmo portal que o repasse de recursos é feito por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O financiamento se destina ao ressarcimento de monitores, aquisição dos kits de materiais, contratação de pequenos serviços e obtenção de materiais de consumo e permanentes, além, é claro, à alimentação.

Segundo Figueiredo (2018), a partir de 2016, o Mais Educação passou a se chamar Programa Novo Mais Educação (PNME), o qual foi criado pela Portaria MEC nº1.144/2016 e é regido pela Resolução FNDE nº 17/2017. Em termos metodológicos, observa-se o enfoque à aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática.

Trazendo a discussão para a realidade do estado de Minas Gerais, o qual fez parte do programa federal nas duas versões (MINAS GERAIS, 2017a), também foi identificada a política do próprio Estado. Segundo o estudo de Figueiredo (2018), o Governo Estadual, por meio da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), criou o Programa Aluno de Tempo Integral, em 2005, o qual era parte de

um outro programa, o “Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa”. Este último promovia a realização de atividades relacionadas à ampliação da cidadania.

Ainda de acordo com Figueiredo (2018), após o aumento gradativo da cobertura do atendimento, em 2008 o Projeto se expandiu para além dos integrantes do “Escola Viva, Comunidade Ativa” e focalizou a aprendizagem dos alunos do ensino fundamental da rede estadual de Minas Gerais, por meio do desenvolvimento do currículo básico em um turno e de uma matriz curricular própria, a chamada parte diversificada, no contraturno. A partir de então, o Projeto passa a ser denominado como Escola de Tempo Integral (PROETI).

Após a publicação da Resolução nº 2.197 em 2012, o Projeto ganhou uma nova nomenclatura - Educação em Tempo Integral - e novas diretrizes. Nesse mesmo ano, Figueiredo (2018) afirma que o PROETI atendeu cerca de 120 mil alunos distribuídos em todas as Superintendências Regionais de Ensino, dos quais 5 mil eram atendidos em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Para Figueiredo (2018), uma mudança significativa no projeto ocorreu a partir de 2015, quando a SEE/MG substituiu o termo “oficinas curriculares” por “oficinas pedagógicas”. De fato, no documento orientador se fala de uma metodologia “[...] voltada à criação de um espaço de ensino e aprendizagem, no qual a centralidade não se encontra no professor e nem na disciplina, mas sim nos estudantes e em suas vivências no cotidiano” (MINAS GERAIS, 2015, p. 1).

Em 2017, a SEE/MG reestruturou as ações em uma Política de Educação Integral e Integrada, contemplando o Ensino Médio por meio do programa Ensino Médio Inovador (EMI). Esse programa foi implementado pelo MEC em colaboração com as Secretarias de Educação Estaduais e Distrital, em moldes semelhantes aos do Novo Mais Educação, conforme explicado na página do portal do MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019b).

Assim, a SEE/MG construiu um Projeto Pedagógico Integrado para as escolas participantes desse programa e cujos pilares são: currículo integrado; pesquisa e intervenção e; apropriação e diálogo com a cidade (MINAS GERAIS, 2018b). A premissa de um currículo integrado também é extensiva ao ensino fundamental e que deve ser praticado por todos os atores educativos da comunidade escolar, segundo a SEE/MG (MINAS GERAIS, 2017b).

Esse modelo vigorou até meados de 2019, quando a SEE/MG elaborou um novo formato da política para o ensino fundamental. A principal mudança, de acordo

com as Diretrizes Pedagógicas (MINAS GERAIS, 2019a), é o estabelecimento de uma matriz curricular específica para os anos iniciais (1º ao 5º) e outra para os anos finais (6º ao 9º). Portanto, não existem mais as “disciplinas” optativas da parte flexível do currículo. Além disso, o documento prevê a efetivação do currículo integrado com a alternância de aulas da Base Comum e da parte flexível (atividades integradoras).

No quadro 1 é possível visualizar um resumo dos componentes que constituem essa organização curricular:

**Quadro 1: Campos Integradores**

<b>CAMPO INTEGRADOR</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<p align="center"><b>LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL</b> 4º E 5º ANO ENSINO FUNDAMENTAL</p>	<p>Desenvolvimento de habilidades de escrita e de leitura em diversos campos de atuação ao criar possibilidades aos estudantes de compreender e produzir textos orais e escritos, nas variadas possibilidades de interlocução, em suportes e gêneros textuais diversos e que atendam a diferentes propósitos de comunicação.</p>
<p align="center"><b>LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA</b> 4º AO 9º ANO ENSINO FUNDAMENTAL</p>	<p>Ampliação das oportunidades de aprendizagem permitindo que os estudantes vivenciem aquilo que a teoria não é capaz de demonstrar. Para isso, é indispensável criar um ambiente de aprendizagem entre a teoria e a prática, com princípios e objetivos, para que os estudantes possam observar, investigar, fazer e perceber os diferentes conceitos matemáticos.</p>
<p align="center"><b>ESTUDOS ORIENTADOS</b> 4º AO 9º ANO ENSINO FUNDAMENTAL</p>	<p>Acompanhamento da consolidação das habilidades e competências no processo de ensino e aprendizagem e com vistas a melhorar as aprendizagens em todas as áreas do conhecimento. Os Estudos Orientados devem apoiar o estudante na aquisição de hábitos e incentivá-lo na rotina de estudo diário, através de atividades que auxiliem no seu processo de aprendizagem, a serem desenvolvidas de forma autônoma, indispensáveis para seu projeto de vida.</p>
<p align="center"><b>ESPORTE E RECREAÇÃO</b> 4º AO 5º ANO ENSINO</p>	<p>Planejamento e desenvolvimento da prática de regras de convivência, da vivência de papéis e responsabilidades diversas construídos coletivamente com base em valores como cooperação, solidariedade, inclusão, respeito e valorização do</p>

FUNDAMENTAL	outro.
<b>CULTURA E SABERES EM ARTE</b> 4º AO 5º ANO ENSINO FUNDAMENTAL	Expressão artística como possibilidade de produzir, contextualizar e apreciar a Arte utilizando-se dos diversos saberes culturais, integrado às linguagens, em expressões individuais e coletivas.
<b>PROJETO DE VIDA</b> 6º AO 9º ANO ENSINO FUNDAMENTAL	Construção de um olhar para o futuro, de um ensino personalizado que dá centralidade ao estudante, a partir de um currículo que atenda às suas necessidades e potencialize suas habilidades, permitindo que ele consolide seus valores, identifique-se com seu território e, sobretudo, desenvolva competências essenciais à concretização de sua aprendizagem, tanto na escola quanto em seu cotidiano.
<b>CIÊNCIAS E TECNOLOGIA</b> 8º AO 9º ANO ENSINO FUNDAMENTAL	Aspectos relacionados ao campo da ciência e o uso das tecnologias no contexto social. Trabalhar ou fazer ciência na escola significa escolher uma forma, um processo de construção de conhecimentos que, além de conferir uma boa dose de autonomia ao educando, envolva observação, investigação, análise e síntese.
<b>COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS</b> 6º AO 7º ANO ENSINO FUNDAMENTAL	Desenvolvimento das competências gerais de comunicação e representação das diversas linguagens, de forma a contribuir para a construção humana, histórica, social e cultural e para as práticas de linguagem: artísticas, corporais, linguísticas, etc.
<b>EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA</b> 4º AO 9º ANO ENSINO FUNDAMENTAL	A abordagem curricular por diversas temáticas como os direitos humanos, educação financeira, educação fiscal, educação para o trânsito, educação ambiental e/ou desenvolvimento sustentável, educação para o consumo, entre outros.

Fonte: Adaptado de MINAS GERAIS (2019b).

Segundo as Diretrizes Pedagógicas, a nova organização curricular estabelece um currículo “com mais sentido aos estudantes do 4º ao 9º ano por meio de atividades que visam a melhoria da aprendizagem e o desenvolvimento das competências da Base Nacional Comum Curricular” (MINAS GERAIS, 2019a, p.2). Nesse sentido, percebe-se que o objetivo é associar a formação básica a outros

conteúdos e experiências, principalmente para melhoria das habilidades de Língua Portuguesa e Matemática.

#### **4. METODOLOGIA**

Em relação aos seus objetivos, esta pesquisa se caracteriza como exploratória, que para Gil (2008), se configura como uma investigação mais ampla, proporcionando uma visão geral a cerca de um determinado tema. O autor afirma que as pesquisas exploratórias se aplicam principalmente nas temáticas pouco estudadas e têm como produto final “um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados” (GIL, 2008, p. 27). Nesse sentido, esta pesquisa se propõe a construir hipóteses acerca da execução da política de educação integral no estado de Minas Gerais implementada em 2019 e a identificar de pontos de avanço e passíveis de melhoria, que possam subsidiar outros estudos.

Quanto à natureza deste estudo, o mesmo possui abordagem qualitativa, a qual constitui um processo de reflexão e análise da realidade (OLIVEIRA, 2013). Assim, os dados, predominantemente descritivos, são utilizados para verificar como o problema se manifesta nos processos cotidianos.

Quanto à técnica de análise, aplicou-se a pesquisa documental, que se acordo com Gil (2008), recorre a materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, os quais podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Foram utilizados os dados coletados no relatório de visitas às escolas (MINAS GERAIS, 2019b) elaborado e cedido pela SEE/MG (ANEXO 1). Esse relatório é culminância de uma pesquisa por amostragem realizada em cinco escolas situadas em Belo Horizonte, Divinópolis, Ribeirão da Neves e Sete Lagoas, com o intuito de coletar informações, percepções e desafios referentes a implantação desse novo modelo.

De acordo com a SEE/MG, essa pesquisa foi realizada a partir de rodas de conversas com professores, gestores, pedagogos e estudantes. Os diálogos foram estabelecidos com o auxílio de um “Roteiro de Visita”, que por sua vez, se estrutura em temáticas, a saber: dados de atendimento, organização e estrutura física,

desenvolvimento da matriz curricular, campos integradores, avaliação e educação especial.

As informações do relatório estão organizadas por unidade escolar e cada seção está subdividida segundo as temáticas definidas pela SEE/MG no “Roteiro de Visita”. Dessa forma, tem-se uma descrição sucinta das observações verificadas durante as visitas por temática e por escola.

Após a leitura de todo o material coletado, elencou-se as principais informações relatadas neste documento em cada um dos seguintes eixos:

- Organização curricular;
- Estudantes;
- Professores;
- Avaliação;
- Estrutura física.

Esses eixos foram definidos em virtude da sua importância dentro da estrutura da política, sendo frequentemente mencionados no documento orientador que rege o funcionamento do programa e no próprio relatório, além dos aspectos trazidos no referencial teórico desta pesquisa.

## 5. RESULTADOS

Com base nos eixos de análise apresentados no capítulo anterior, foram coletadas, diretamente no relatório, as informações de cada escola participante da pesquisa, as quais estão dispostas nos quadros 2 a 6.

**Quadro 2: Escola 1 - Localizada no município de Belo Horizonte**

<b>Eixo</b>	<b>Relato</b>
Organização curricular	“A equipe relatou que a nova organização do Ensino Integral foi apresentada para todos os professores”.
Estudantes	“Segundo o relato da equipe, os estudantes têm demonstrado mais interesse nas aulas da professora [REDACTED] (Comunicação e Linguagens, Educação para a Cidadania e Projeto de Vida)”. “Verificou-se que os estudantes permanecem um longo período de

	<p>tempo em sala de aula, sendo da própria vontade deles que pudessem ficar em outros espaços em alguns momentos”.</p> <p>“Além disso, percebeu-se a necessidade de trabalhar com a autoestima dos estudantes, por se verem como ‘meninos do projeto’, de forma pejorativa”.</p>
Professores	<p>“A equipe mencionou que a análise dos planos de trabalho foi insuficiente para selecionar os professores, pois na prática, tem sido outra realidade”.</p> <p>“A especialista mencionou que tem sugerido às professoras atividades diferenciadas, como jogos, para o planejamento das aulas, mas que não encontra retorno das suas proposições”.</p> <p>“Aparentemente, as professoras não se reúnem para discutir a vida escolar dos estudantes nem atuam de forma integrada”.</p> <p>“Os professores do regular e do integral se encontram somente nas reuniões pedagógicas e conselho de classe”.</p> <p>“Segundo a especialista, as professoras têm dificuldade de implementar práticas pedagógicas diferenciadas, inclusive em outros espaços da escola, por causa da indisciplina”.</p>
Avaliação	<p>“Não houve realização de avaliação diagnóstica com os estudantes nem há planejamento com base nas avaliações do Ensino Regular (manhã)”.</p> <p>“O registro das atividades dos estudantes é feito em portfólio. A partir da leitura dos portfólios, verificou-se que 8 estudantes não estavam alfabetizados”.</p>
Estrutura física	<p>“A escola possui quadra coberta e sala de vídeo, que de acordo com o relato da equipe, é pouco utilizada pelos professores, bem como a sala de informática”.</p>

Fonte: Dados da Pesquisa.

### Quadro 3: Escola 2 - Localizada no município de Sete Lagoas

Eixo	Relato
Organização curricular	<p>“A equipe relatou que a nova organização do Ensino Integral foi apresentada para todos os professores, do regular e do integral”.</p> <p>“A especialista ■■■■ afirmou que as Diretrizes Pedagógicas contribuíram para o planejamento das aulas mas ponderou que foi necessário aprofundar o conteúdo através de pesquisas, principalmente do Projeto de Vida”.</p>

Estudantes	<p>“Verificou-se que alguns estudantes estão desmotivados a ficar na escola no período da manhã, o que tem gerado infrequência neste turno. Segundo o relato da equipe pedagógica, houve muita dificuldade para formar esta turma, de modo a não comprometer o quantitativo da outra. Aparentemente, a escola já superou essa resistência inicial, mas ainda há que se trabalhar com a autoestima desses alunos, que ainda se veem como uma turma ‘problemática’. Constatou-se que esse estigma está consolidado na escola e foi reforçado pelo critério adotado na seleção dos estudantes. A turma possui uma maioria de estudantes com defasagem e indisciplina”.</p>
Professores	<p>“De acordo com o relato da especialista da manhã, sua atuação é baseada na articulação entre as professoras, por meio da sugestão de materiais de apoio e atividades extraclasse, que normalmente são bem aceitos por elas. Nesse sentido, foi mencionado também que as professoras estão em diálogo constante, e que todas participam do conselho de classe. Os planos de aula são analisados e avaliados pelo especialista a cada 15 dias”.</p> <p>“Ainda segundo a especialista, as professoras estão recorrendo a práticas pedagógicas diferenciadas tais como a construção de jogos (materiais concretos) e a utilização de jogos educacionais do Linux Educacional (Língua Portuguesa e Matemática)”.</p> <p>“Além disso, foi solicitado que houvesse formação de professores em 2020”.</p>
Avaliação	<p>“Houve realização de avaliação diagnóstica de Língua Portuguesa e Matemática para planejamento de aulas de todos os campos integradores”.</p> <p>“O registro das atividades dos estudantes é feito no próprio caderno”.</p> <p>“A avaliação qualitativa é realizada por conceito e registrada na Ficha de Acompanhamento Individual, elaborada pela [REDACTED] (especialista da manhã)”.</p> <p>“Foram relatados alguns casos de estudantes não alfabetizados que, segundo a equipe pedagógica, são encaminhados para uma intervenção com a professora de biblioteca (PEUB), que já é realizada para toda as turmas”.</p>
Estrutura física	<p>“A escola possui quadra coberta, área externa com mesas e sala de informática, que de acordo com o relato da equipe, são utilizadas com</p>

	frequência pelos professores”.
--	--------------------------------

Fonte: Dados da Pesquisa.

#### Quadro 4: Escola 3 - Localizada no município de Divinópolis

Eixo	Relato
Organização curricular	<p>“A especialista relatou que a nova organização do Ensino Integral foi apresentada para todos os professores, do regular e do integral. Ela afirmou também que há articulação entre os professores do integral, e que inclusive, eles possuem um grupo no Whatsapp para compartilhar informações. Todos os professores participam do conselho de classe e das reuniões pedagógicas que acontecem a cada 15 dias”.</p>
Estudantes	<p>“De acordo com o relato da diretora e da especialista, a turma tem se comportado bem durante o turno da manhã, mas à tarde os professores estão reclamando da falta de concentração e de indisciplina. Ao conversar com a professora de Língua Portuguesa, a mesma confirmou que os estudantes estão mais indisciplinados do que no 1º semestre”.</p> <p>“Verificou-se que há uma boa aceitação do integral pelos estudantes, que mostraram disposição e interesse com as atividades propostas. Ainda há reclamação de cansaço, mesmo após o estabelecimento de um cronograma de dever de casa, sendo que os estudantes não ‘levam’ nenhuma tarefa para casa”.</p> <p>“Finalmente, cabe ponderar que a turma possui estudantes com perfis e necessidades de aprendizagem bem semelhantes, que requer mais esforço do docente para um trabalho significativo”.</p>
Professores	<p>“Os professores estão recorrendo a práticas pedagógicas diferenciadas tais como a construção de jogos (materiais concretos) e realização de projetos interdisciplinares. Está sendo desenvolvido um projeto de ecologia no Laboratório de Matemática e em Comunicação e Linguagens”.</p>
Avaliação	<p>“Houve realização de avaliação diagnóstica pela professora de Laboratório de Matemática”.</p> <p>“O registro das atividades dos estudantes é feito no próprio caderno”.</p> <p>“A avaliação qualitativa é realizada por nota, a partir de alguns eixos, e registrada na Ficha de Acompanhamento Individual do aluno. Esta avaliação foi construída pelos professores”.</p> <p>“A analista ██████ pontuou que houve declínio das notas de Língua</p>

	Portuguesa nessa turma, reforçando a necessidade de aprofundar a alfabetização, tanto no regular como no integral”.
Estrutura física	“A escola possui quadra coberta, sala de biblioteca, área externa com mesas e sala de informática”.

Fonte: Dados da Pesquisa.

#### Quadro 5: Escola 4 - Localizada no município de Ribeirão das Neves

Eixo	Relato
Organização curricular	<p>“O diretor relatou que a nova organização do Ensino Integral não foi bem recebida pela comunidade escolar em função da matriz curricular e do limite de oferta para apenas 1 turma. Ele explicou que a educação integral tinha muita evasão há alguns anos atrás, mas que, com a implementação de projetos culturais e ambientais, o interesse dos estudantes aumentou consideravelmente. Havia, para este ano, a previsão de ampliação de turmas em decorrência da grande demanda”.</p> <p>“De acordo com o relato do diretor, nos anos anteriores, a escola estava desenvolvendo aulas de música na educação integral que tinham como culminância a realização de uma apresentação no fim do ano. A escola adquiriu e recebeu diversos instrumentos musicais que neste momento estão parados”.</p>
Estudantes	<p>“O diretor ressaltou que a música estava sendo fundamental para a recuperação social de alguns estudantes. O diretor solicitou o retorno das aulas de música na matriz com a contratação de um profissional habilitado”.</p>
Professores	<p>“A professora de Laboratório de Matemática e Estudos Orientados está recorrendo a práticas pedagógicas diferenciadas tais como jogos (materiais concretos) e brincadeiras (bingo, caça-palavras). Ela informou que está fazendo um trabalho de alfabetização com estudantes, pois foram identificadas deficiências desde ao reconhecimento do alfabeto até a criação de frases completas”.</p> <p>“Verificou-se que há uma grande mobilização da equipe pedagógica para desenvolver atividades diversificadas”.</p>
Avaliação	<p>“Houve realização de avaliação diagnóstica pela professora de Laboratório de Matemática e Estudos Orientados”.</p> <p>“O registro das atividades dos estudantes é feito no próprio caderno”.</p>
Estrutura física	“A escola possui quadra coberta, sala de biblioteca, laboratório de

	<p>informática, laboratório de ciências, horta, estufa, pomar e uma ampla área externa”.</p> <p>“A escola possui um espaço físico enorme, cujo potencial está sendo aproveitado para a prática da educação ambiental (reciclagem, cultivo, compostagem, etc.)”.</p>
--	---

Fonte: Dados da Pesquisa.

#### Quadro 6: Escola 5 - Localizada no município de Belo Horizonte

Eixo	Relato
Organização curricular	<p>“A nova organização do Ensino Integral foi apresentada para todos os professores em reunião. Atualmente existem informações contidas no mural da sala dos professores. Além disso, todas os comunicados são enviados via Whatapp no grupo que é formado por todos os professores”.</p>
Estudantes	<p>“A professora ██████ relatou que os estudantes não possuem expectativas sobre si a partir das atividades realizadas no Projeto de Vida”.</p> <p>“Observou-se que os estudantes, durante a aula após o almoço, permanecem dispersos com pouca participação. Além disso, percebeu-se a necessidade de trabalhar com a autoestima e a perspectiva de vida dos estudantes, que segundo a Diretora, são provenientes de uma comunidade de alta vulnerabilidade social”.</p>
Professores	<p>“Os professores do regular e do integral se encontram somente nas reuniões pedagógicas e conselho de classe”.</p> <p>“É possível notar que a equipe pedagógica possui compreensão da formação integral dos sujeitos e do currículo integrado, mas não verificamos qualquer integração entre os professores”.</p>
Avaliação	<p>“Não houve realização de avaliação diagnóstica com os estudantes nem há planejamento com base nas avaliações do Ensino Regular (manhã)”.</p> <p>“A professora ██████, de Língua Portuguesa, relatou que os estudantes têm dificuldade de leitura e escrita, principalmente em interpretação de texto e na expressão de ideias e opiniões. Assim como descrito pela professora ██████, ela apontou que os estudantes passam a maior parte do tempo se criticando, com o olhar voltado para o outro e não para si”.</p>
Estrutura física	<p>“A escola possui biblioteca, sala de recursos e de informática. Esta, que</p>

	<p>de acordo com o relato da equipe, é pouco utilizada pelos professores”.</p> <p>“A escola não possui quadra, havendo apenas a estrutura, já que a obra foi abandonada, deixando o lote baldio”.</p>
--	---

Fonte: Dados da Pesquisa.

## 5.1 Análise e discussão

De acordo com o relatório, a **organização curricular** implantada no 2º semestre de 2019 foi apresentada para todos os professores em todas as cinco escolas participantes da pesquisa, sendo que em uma delas a proposta teve dificuldade de ser aceita pela comunidade escolar. De fato, quando se compara o atual modelo com os anteriores nota-se uma mudança substancial por estabelecer uma matriz curricular composta de atividades articuladas com os conteúdos da Base Comum. Essa mudança teve impacto, por exemplo, na exclusão das oficinas de música, que já vinham sendo desenvolvidas naquela escola.

Também no que tange ao currículo, foram identificadas evidências quanto à tentativa de implantação de um currículo integrado, com abordagens interdisciplinares e transdisciplinares. A SEE/MG já trazia na política vigente no ano de 2018 essa premissa da integração curricular, que deveria ser praticada por todos os atores educativos da comunidade escolar (MINAS GERAIS, 2018b). Dessa forma, este pode ser considerado um ponto de avanço em relação ao que se previa e ao que está sendo promovido na prática.

Entretanto, tendo em vista a fragilidade da integração entre os professores verificada nos relatos, o conhecimento pode se manter segregado nas aulas de cada componente curricular. Nesse caso, corre-se o risco de ir contra ao conceito apresentado por Guará (2009) de um currículo que rompe com a estrutura tradicionalmente fragmentada em áreas de conhecimento.

Por outro lado, percebe-se que, aparentemente, a retirada das aulas de música foi um retrocesso do ponto de vista do desenvolvimento global (cognitivo, físico e social), aspecto que esteve atrelado ao conceito de uma educação integral desde a Antiguidade (GADOTTI, 2009). A educação musical pode ser uma ferramenta de potencialização da criatividade, sociabilidade e autonomia dos estudantes, preceitos essenciais de uma educação integral para o movimento escolanovista (CAVALIERE, 2002).

Apenas em duas escolas foi registrada a articulação entre os **professores**. Além disso, foi verificado em uma das escolas que a supervisora (pedagoga) estava atuando como articuladora dos conteúdos, por meio da sugestão de materiais de apoio e atividades extraclasse às professoras. De acordo com Mello (2000), essa tarefa não é fácil para professores nem para pedagogos. Segundo o autor, durante o curso superior, o professor especialista não vivenciou situações de aprendizagem que propiciem a articulação do conteúdo com a transposição didática. Já o professor graduado em Pedagogia, possui um conhecimento pedagógico abstrato, esvaziado do conteúdo a ser ensinado. Logo, nos dois casos, a "prática de ensino" é abstrata, desvinculada do processo de apropriação do conteúdo a ser ensinado.

Em três escolas, afirmou-se que os professores estavam aplicando práticas pedagógicas diferenciadas tais como a construção de jogos (materiais concretos) e a realização de projetos interdisciplinares. O desenvolvimento dessas atividades contribui para a implementação de uma metodologia centrada no estudante, que em 2015 já era citada nos documentos da SEE/MG como diretriz para as oficinas pedagógicas (MINAS GERAIS, 2015).

Em uma das escolas ressaltou-se a fragilidade do processo de seleção dos professores, pois a análise dos planos de trabalho tem sido insuficiente para escolher o candidato mais adequado. Essa situação pode gerar demissões e por consequência, aumentar a rotatividade do corpo docente.

Uma das percepções registradas em duas escolas quanto aos **estudantes** é o estigma gerado pelo rótulo de "menino do projeto". Segundo o relato da equipe pedagógica da escola, o critério adotado na seleção dos estudantes contribuiu para que a turma se identificasse como "problemática", pois a maioria da turma é formada por estudantes indisciplinados e com defasagem escolar.

Recomenda-se no relatório que a autoestima seja trabalhada com esses estudantes. Dessa forma, percebe-se que a indisciplina, as defasagens de aprendizagem e o contexto familiar se tornaram os principais fatores comuns das turmas integrais em algumas escolas. De fato, a condição socioeconômica também era uma característica considerada quando os primeiros projetos de escolas integrais foram idealizados no Brasil (GADOTTI, 2009), pois havia a intenção de resgatar as crianças de situações de vulnerabilidade social.

Devido às semelhanças dos perfis e das necessidades de aprendizagem, as turmas demandam um trabalho diferenciado do professor para gerar resultados

significativos, segundo afirma o próprio relatório. Para tanto, cabe se pensar em uma formação específica para esses professores, pautada em estratégias e metodologias de ensino mais atrativas.

Não foram encontradas evidências no relatório quanto à melhoria ou definhamento do desempenho dos estudantes. Contudo, em todas as escolas é feito um acompanhamento **avaliativo** de maneira qualitativa dos chamados “Campos Integradores”. Destaca-se o fato de que foram identificados alguns estudantes não-alfabetizados e com dificuldades de escrita, interpretação de texto e expressão de ideias em turmas de 6º ano.

Ao observar a realidade descrita de alguns estudantes do 6º ano, que ainda não foram alfabetizados, além de outras dificuldades de leitura, escrita e oralidade, entende-se o enfoque dado pela política implementada em 2019 para o desenvolvimento das habilidades e competências de Língua Portuguesa e Matemática.

Em termos gerais, pode-se dizer que as escolas possuem uma **estrutura física** razoavelmente boa, composta por sala de informática, biblioteca, banheiros (masculino e feminino), sendo que uma delas possui sala de vídeo e em outra há laboratório de ciências, horta e pomar. Quanto à utilização desses espaços, em apenas duas das escolas há um aproveitamento frequente dos mesmos.

A estrutura dessas escolas não se assemelha ao projeto arquitetado por Anísio Teixeira ou por Darcy Ribeiro, até porque as mesmas não foram construídas para acolher os estudantes durante o dia todo. Por isso, talvez a falta de aproveitamento desses locais se justifica por não terem sido devidamente adequados aos objetivos de uma prática pedagógica em tempo integral.

Ademais, pode-se inferir como justificativa o próprio formato de aula expositiva normalmente atrelado à sala de aula, pois segundo os dados coletados, alguns professores têm dificuldade de implementar práticas pedagógicas diferenciadas, inclusive em outros espaços da escola. Aliás, o relatório aponta a solicitação por parte de uma das escolas que houvesse formação de professores no ano de 2020 trazendo abordagens alinhadas ao currículo proposto.

Finalmente, foram identificados como pontos passíveis de melhoria: a integração do corpo docente, a inclusão de atividades/aula práticas – a exemplo da música, a realização de uma formação específica para os professores, a superação dos estigmas dos estudantes e o aproveitamento dos espaços da escola. Em

contrapartida, verificou-se a tentativa de implantação de um currículo integrado, principalmente através da prática pedagógica de projetos interdisciplinares, o que pode ser considerado um ponto de avanço. Outro êxito encontrado é o foco da proposta pedagógica em Língua Portuguesa e Matemática, que condiz com a realidade relatada de estudantes não alfabetizados.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo identificou o contexto acerca da execução da política estadual de educação integral em algumas escolas estaduais de Minas Gerais, a qual foi implementada no segundo semestre de 2019. Esta política pública tem uma trajetória no estado de Minas Gerais que foi iniciada em 2005 e passou por diversas transformações. Um novo modelo de educação integral foi implantado no segundo semestre de 2019, cuja principal característica é a construção de uma matriz curricular integrada, que busca associar a formação básica a outros conteúdos e experiências, principalmente para melhoria das habilidades de Língua Portuguesa e Matemática.

Ademais, o trabalho buscou especificamente identificar os pontos passíveis de melhoria e os pontos de avanço. Enquanto aspecto passível de melhoria, pode-se apontar a integração entre os professores, que é imprescindível para a efetivação da interdisciplinaridade e transversalidade dos conhecimentos preconizados na LDB, na BNCC, no CRMG, e nas Diretrizes Pedagógicas da SEE/MG. Além disso, a exclusão das aulas musicais parecer ser um retrocesso diante dos diversos benefícios promovidos pela música na escola e na comunidade.

A indisciplina, as defasagens de aprendizagem e o contexto familiar se tornaram os principais fatores comuns das turmas integrais em algumas escolas. Sabe-se que turmas ditas como “homogêneas” são um desafio para o professor, que por vez, demanda uma formação diferenciada para aprimoramento do seu trabalho.

Por fim, percebeu-se que os espaços da escola estão sendo subaproveitados para realização de atividades. Contudo, apesar da estrutura ser razoável, deve-se considerar que as escolas não foram projetadas para que os estudantes ficassem em tempo integral.

Por outro lado, é possível verificar avanços a partir das evidências quanto à tentativa de implantação de um currículo integrado, através da prática pedagógica

de projetos interdisciplinares. Além disso, ao focar no desenvolvimento da Língua Portuguesa e Matemática, atende-se à realidade encontradas nas escolas, uma vez que há estudantes que chegam aos anos finais do ensino fundamental com necessidade de alfabetização, o que requer maiores estudos investigativos quanto às suas causalidades.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 11 dez. 2019.

BRASIL, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 11 dez. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 11 dez. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Presidência da República. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 11 dez. 2019.

BRASIL. Lei n. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm)>. Acesso em: 11 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC/SASE, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Novo Mais Educação Caderno de Orientações Pedagógicas - Versão I. Brasília: MEC, 2017.

CAVALIERE, A. M. V. Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira? Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

GADOTTI, Moacir. Educação Integral no Brasil: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUARÁ, Isa Maria F. R. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 65-81, abr. 2009.

FIGUEIREDO, Jacqueline de Sousa Batista. A educação em tempo integral no estado de Minas Gerais: análise da política e seus efeitos. Campinas, 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Metodologia de trabalho com oficinas pedagógicas. Belo Horizonte: SEE/MG, 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Documento Orientador Versão 3. Belo Horizonte: SEE/MG, 2017a.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Caminhos para a Educação Integral e Integrada de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEE/MG, 2017b.

MINAS GERAIS. Lei n. 23.197, de 26 de dezembro de 2018a. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE – para o período de 2018 a 2027 e dá outras providências. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Belo Horizonte. Disponível em:

<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23197&comp=&ano=2018>>. Acesso em: 9 dez. 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Documento Orientador da Política de Educação Básica Integral e Integrada de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEE/MG, 2018b.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Diretriz Pedagógica Educação Integral Ensino Fundamental. Belo Horizonte: SEE/MG, 2019a.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. RELATÓRIO DE VISITAS ÀS ESCOLAS 2º semestre de 2019. Belo Horizonte: SEE/MG, 2019b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal MEC. 2019a. Saiba Mais - Programa Mais Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao?id=16689>>. Acesso em: 6 jan. 2020.


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal MEC. 2019b. Ensino Médio Inovador. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13439:ensino-medio-inovador>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

MELLO, Guiomar Namó de. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical. São Paulo: Perspec, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000100012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000100012&script=sci_arttext)>. Acesso em: 24 jan. 2020.

MOLL, Jaqueline *et al.* Caminhos da Educação Integral no Brasil: Direito a Outros Tempos e Espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

## ANEXO 1: Autorização da SEE/MG para utilização do relatório de visitas às escolas

Daniela Rocha

---

**RELATÓRIO DE VISITAS ÀS ESCOLAS - 2º semestre de 2019**  
1 mensagem

---

**Coordenação das Ações de Educação Integral** <[REDACTED]> · 27 de janeiro de 2020 09:50  
Para: [REDACTED]

Prezada Senhora,

Conforme solicitado, está autorizado o uso dos dados do relatório encaminhado (RELATÓRIO DE VISITAS ÀS ESCOLAS - 2º semestre de 2019) para pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento da Universidade Federal de Minas Gerais.

Cordialmente,

**Coordenação Geral da Política de Educação Básica Integral e Integrada**

Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica  
Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

**Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG)**  
Rodovia Papa João Paulo II, 4143  
Bairro Serra Verde - Prédio Minas – 11º Andar  
[REDACTED]  
CEP 31.630-900 - Belo Horizonte/MG